





QUEM ME DERA QUE A MISÉRIA E A CORRUPÇÃO FOSSEM COMBATIDAS COM A MESMA URGÊNCIA DA COVID-19

Garcia Bige¹

 <https://orcid.org/0009-0004-4705-5567>

 <https://doi.org/10.33871/27639657.2026.6.1.11241>

RESUMO: O presente artigo analisa a persistência da miséria e da corrupção em sociedades africanas, com foco em Angola, apesar de seus vastos recursos naturais. O problema central é a negligência governamental, que impede a implementação de políticas públicas eficazes e perpetua desigualdades sociais, degradação da infraestrutura e deficiências nos sistemas de saúde, educação e saneamento, além da vulnerabilidade a crises sanitárias como a epidemia de cólera de 2025. O estudo analisa as causas dessa omissão, discute suas consequências sociais, políticas e éticas e indica caminhos para uma governança responsável e eficaz. Demonstra que a pobreza não é inevitável, mas resulta de más escolhas políticas e da ausência de ética de responsabilidade entre os governantes, à luz das teorias de Weber, Sen, Rawls, Sandel e Oliveira. Propõe-se fortalecimento institucional, formulação de políticas estratégicas, investimento em educação, saúde e infraestrutura, combate à corrupção, incentivo ao desenvolvimento rural e planejamento sustentável. A lição prática é clara: se a miséria fosse combatida com a mesma urgência de crises como a COVID-19, a dignidade humana deixaria de ser privilégio e se tornaria direito universal.

Palavras-chave: miséria, corrupção, governança, políticas públicas, Covid-19.

Abstract: This article analyzes the persistence of poverty and corruption in African societies, focusing on Angola despite its vast natural resources. The central issue is governmental negligence, which prevents the implementation of effective public policies and perpetuates social inequalities, infrastructure degradation, and deficiencies in health, education, and sanitation systems, as well as vulnerability to health crises such as the 2025 cholera epidemic. The study examines the causes of this omission, discusses its social, political, and ethical consequences, and suggests paths toward responsible and effective governance. It demonstrates that poverty is not inevitable but results from poor political choices and the absence of an ethic of responsibility among leaders, in light of the theories of Weber, Sen, Rawls, Sandel, and Oliveira. The article proposes institutional strengthening, the formulation of strategic policies, investment in education, health, and infrastructure, the fight against corruption, the promotion of rural development, and sustainable planning. The practical lesson is clear: if poverty were addressed with the same urgency as crises such as COVID-19, human dignity would cease to be a privilege and would become a universal right.

Keywords: poverty, corruption, governance, public policies, Covid-19.

¹ Doutorando em Filosofia Política, no Departamento de Filosofia da Universidade Federal de São Carlos, SP - Brasil, desde março de 2023. Possui mestrado em filosofia política pelo Instituto de Letras, Artes e Ciências Humanas (2021). E-mail: matondobige1@hotmail.com





INTRODUÇÃO

O presente artigo parte do problema central da persistência da miséria e da corrupção em sociedades africanas, com ênfase particular em Angola, país dotado de vastos recursos naturais cuja exploração, paradoxalmente, não se traduz em bem-estar social da maioria da população. Este cenário contrasta de forma significativa com experiências internacionais em que sociedades, mesmo com recursos naturais limitados, lograram implementar políticas públicas eficazes e promover desenvolvimento humano substancial. Tal contraste evidencia que a pobreza não é uma consequência inevitável de contextos históricos ou estruturais, mas frequentemente resultado de escolhas políticas inadequadas e de uma governança carente de ética e responsabilidade.

O objetivo deste estudo é analisar criticamente as causas da negligência governamental e examinar as consequências sociais, políticas e éticas da ausência de políticas públicas estruturadas. Propõe-se, ainda, discutir exemplos de soluções possíveis e modelos de governança responsável, fundamentados em referenciais de ética, justiça social e teoria política contemporânea.

Nossa metodologia baseia-se na análise reflexiva de referenciais éticos e políticos, não seguindo uma ordem cronológica estrita dos autores, mas organizando as seções de acordo com a pertinência temática à reflexão proposta. Ressalta-se que as datas indicadas das fontes citadas correspondem, na maior parte dos casos, às traduções consultadas, e não aos textos originais, entre os quais se destacam: Weber (2020), Aristóteles (2018), Oliveira (1952), Shafik (2021), Sandel (2021; 2023), Deaton (2017), Sen (2010) e Rawls (2017).

A reflexão desenvolvida neste artigo organiza-se em dois eixos principais. Primeiro, será examinada a gravidade da situação em sociedades ricas em recursos naturais que permanecem em estado de miséria devido à ausência de políticas públicas eficazes, com ênfase em Angola. Em seguida, serão analisados exemplos de sociedades que consolidaram instituições e promoveram o bem-estar social, demonstrando que a pobreza é, em grande medida, consequência de escolhas políticas equivocadas e da carência de uma ética de responsabilidade.

O desenvolvimento do estudo ocorre em seis seções:



1. Ética e Governança
2. Angola: riqueza e miséria
3. Responsabilidade e Justiça
4. Desafios e caminhos possíveis
5. A medida da justiça
6. A conclusão integrará as principais reflexões, destacando as lições políticas e éticas do estudo.

Mais do que uma análise descritiva, o presente artigo constitui um chamado à consciência coletiva. A crise sanitária global da COVID-19 evidenciou que governos são capazes de respostas rápidas diante de ameaças à vida; paradoxalmente, a mesma urgência não se observa no combate à miséria e à corrupção, problemas que afetam milhões de africanos há décadas. Essa discrepância evidencia as raízes da negligência institucional e as consequências políticas de um modelo de governança desprovido de responsabilidade ética. A lição prática é clara: a transformação social requer governança comprometida de forma genuína com o bem-estar coletivo, superando discursos retóricos e interesses privados.

1. Ética e Governança

A ética da governança constitui o alicerce de qualquer sistema político comprometido com o bem comum. Governar eticamente significa reconhecer que as decisões do Estado produzem consequências concretas na vida das pessoas, e que essas consequências exigem responsabilidade moral e política. Em sociedades onde prevalece a corrupção, a opacidade institucional e a instrumentalização do poder para fins privados, a ética da responsabilidade — no sentido weberiano — é substituída por uma ética da conveniência ou da retórica moral, incapaz de responder às demandas reais da população.

A crise de governança em muitos países africanos, e em particular em Angola, não se explica apenas pela escassez de recursos, mas, na maior parte dos casos, pela ausência de uma consciência ética de responsabilidade. O país possui uma riqueza natural imensa — petróleo, diamantes, minerais —, reconhecida mundialmente, mas que raramente se transforma em políticas públicas eficazes, transparentes e equitativas. Como resultado, a má gestão desses recursos e a corrupção sistêmica aprofundam a desigualdade, precarizam



serviços essenciais e ampliam o abismo entre a elite política e a população comum, deixando milhares de cidadãos à margem do desenvolvimento e da dignidade humana.

Nesse contexto, é relevante retomar a distinção feita por Max Weber entre a “ética da convicção” e a “ética da responsabilidade”, que oferece um referencial teórico fundamental para compreender a falha moral dos sistemas políticos que negligenciam o bem-estar coletivo.

Weber afirma:

Nossas ações podem ser orientadas ou bem pela ética da convicção, ou bem pela ética da responsabilidade. Não que a ética da convicção seria idêntica com a ética da irresponsabilidade e a ética da responsabilidade com a ética da falta de convicção. Não é disso que se está falando. Mas há uma oposição abissal entre agir sob as máximas da ética da convicção – como diz a religião, ‘o cristão age corretamente e deixa o resultado na mão de Deus –, ou agir sob a ética da responsabilidade, ou seja, quando se age tendo que responder pelas consequências (previsíveis) de tal ação” (Weber, 2020, p. 98).

A ausência dessa “ética da responsabilidade” nos governos africanos explica grande parte da persistente desigualdade social. Enquanto se valoriza a retórica moral, o discurso patriótico e a manutenção de privilégios, negligencia-se o impacto real das decisões sobre a população mais vulnerável. Weber alerta que agir apenas por convicções ideológicas ou religiosas não é suficiente: é preciso assumir responsabilidade concreta pelos efeitos das ações políticas.

Por exemplo, enquanto a infraestrutura, a saúde e a educação se degradam, recursos públicos são desviados para interesses privados e gastos supérfluos. A corrupção administrativa e o favorecimento político produzem um ciclo vicioso de miséria e desconfiança social. A ética da responsabilidade exige, portanto, que o governante aja com consciência das consequências previsíveis de suas decisões — e que seja capaz de prestar contas, de modo transparente, sobre os resultados obtidos.

Nesse ponto, Angus Deaton oferece uma análise complementar ao revelar a dimensão estrutural da desigualdade nas sociedades modernas, sobretudo em contextos onde a riqueza é concentrada e utilizada para perpetuar o poder das elites. Ele afirma de forma incisiva:

Com frequência, a desigualdade é consequência do progresso. A riqueza não alcança todos ao mesmo tempo, nem todos têm acesso mediato às mais recentes medidas para salvar vidas, como água tratada, vacinas ou novos medicamentos para prevenção de doenças cardíacas. A desigualdade, por sua vez, afeta o progresso. Isso pode ser bom – por exemplo, crianças *em Angola* veem o que a educação é capaz de fazer e passam a estudar – ou ruim, quando os vencedores tentam impedir que os outros os sigam e destroem a estrada que percorreram. Os emergentes podem usar sua riqueza para influenciar políticos a fim de restringir serviços públicos de



educação ou saúde depois que deixam de precisar deles (Deaton, 2017, p. 15, *grifo nosso*).

A análise de Deaton explicita um fenômeno recorrente: elites que se beneficiam da riqueza nacional tendem a usar sua influência para limitar o acesso dos demais a oportunidades equivalentes, impedindo o avanço social coletivo. Essa forma de captura do Estado mina a ética da responsabilidade e transforma o poder político em instrumento de autopreservação das classes dominantes.

Em Angola, essa ausência de alguma governança ética se traduz em carências estruturais que afetam diretamente a vida da população. Embora o país possua uma das maiores reservas de petróleo da África Subsaariana, milhões de cidadãos vivem sem acesso a serviços básicos. O problema não é a falta de recursos, mas a falta de responsabilidade moral e política na sua aplicação.

Segundo a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), apenas 57% da população angolana tinha acesso a água potável em 2020, e nas zonas rurais esse número cai para 28% (AFD, 2020). No setor energético, dados do portal VerAngola mostram que, em 2022, apenas cerca de 42% da população tinha acesso à eletricidade, com taxas inferiores a 10% em várias províncias do interior (VerAngola, 2022). Em relação ao saneamento, a Africa Press reporta que apenas 1,3% do Orçamento Geral do Estado é destinado a água e saneamento, valor manifestamente insuficiente diante das carências nacionais (Africa Press, 2023).

As consequências dessa negligência são devastadoras. Segundo o Jornal Mabuídi, a malária matou 11.447 pessoas em Angola em 2024 — uma média de 31 mortes por dia (Jornal Mabuídi, 2024). A Organização Mundial da Saúde (OMS) também confirmou a ocorrência de surtos de cólera em 18 das 21 províncias do país em 2025, causados por falta de água tratada e condições precárias de saneamento (OMS, 2025). Além da cólera, doenças como febre tifóide e diarreias infecciosas são endêmicas, fruto direto da ausência de políticas públicas eficazes e de infraestrutura sanitária adequada.

É verdade que se tem construído muitos hospitais e escolas em Angola, o que representa um esforço digno de reconhecimento. Contudo, observa-se que, em geral, essas infraestruturas se concentram nos grandes centros urbanos, enquanto as periferias e zonas rurais continuam à espera de atenção mais cuidadosa. Há localidades onde nunca se abriram estradas, e onde uma ambulância dificilmente consegue chegar para socorrer um doente em



estado grave. Nessas regiões, o simples transporte de produtos do campo até a cidade transforma-se numa tarefa árdua, marcada por dificuldades que limitam o desenvolvimento e o bem-estar das famílias.

Mais do que isso, há hospitais equipados com material moderno e de ponta, mas que permanecem subutilizados por falta de técnicos qualificados para operá-los. Por essa razão, talvez fosse necessário, antes mesmo de se priorizar a construção de novas estruturas físicas, investir de forma mais consistente na formação do capital humano — médicos, enfermeiros, técnicos e gestores — capazes de dar vida a esses espaços e garantir um atendimento digno à população. Se houvesse maior investimento na saúde preventiva, muitas vidas poderiam ser poupadas. Infelizmente, ainda predomina uma atenção quase exclusiva à saúde curativa, o que reflete uma limitação estrutural de um sistema que reage às emergências, mas pouco se antecipa a elas. Trata-se de uma falha grave, de um problema de saúde pública que clama por soluções urgentes e humanas.

Esses dados revelam que, em Angola, a miséria e a doença não são meros acidentes históricos, mas o resultado previsível de um modelo de governança que ignora – de certa forma – o princípio da responsabilidade. Quando a gestão pública falha em garantir água potável, energia estável, estradas transitáveis e saúde de qualidade, não se trata apenas de ineficiência técnica, mas de uma falência ética — a incapacidade de agir tendo em vista as consequências previsíveis de decisões (ou omissões) governamentais.

Assim, pode-se afirmar que a persistência da pobreza em Angola, mesmo em meio à abundância de recursos naturais, é a expressão concreta da ausência de alguma ética da responsabilidade no exercício do poder. O desafio, portanto, não é apenas econômico, mas profundamente moral e político: exige que o Estado e suas instituições assumam o dever de converter a riqueza nacional em dignidade humana, saúde pública, educação e infraestrutura para todos.

2. Angola: riqueza e miséria

Em Angola, um país com vasto potencial econômico, persistem desafios que limitam o pleno aproveitamento dos seus recursos em benefício de todos. A recente epidemia de cólera, que inicialmente afetou Luanda desde janeiro de 2025, já se estende atualmente por toda a extensão do território angolano, evidenciando a necessidade de um reforço contínuo



nas políticas de saneamento básico, fator essencial para a saúde pública. Segundo Aristóteles: “o cargo público revela aquilo de que um homem é capaz, pois governar é estar em relação com outrem e em comunidade” (2018, p. 120).

Essa reflexão convida à busca por soluções mais inclusivas, capazes de promover o bem-estar coletivo e fortalecer o desenvolvimento sustentável em todo o país. Aristóteles deixa claro que governar não é um privilégio pessoal, mas uma responsabilidade social. A falta de compromisso com a coletividade em Angola expõe a falência moral e institucional que condena milhões à miséria.

A corrupção africana não é uma falha isolada, mas um sintoma de um sistema global que lucra com a desordem. A pandemia da COVID-19 mostrou a capacidade do mundo de mobilizar-se contra um inimigo comum. No entanto, doenças como a malária e a fome continuam a devastar populações inteiras sem despertar a mesma urgência. O que diferencia essas crises? ‘O impacto direto sobre as grandes potências’. A indiferença diante da miséria alheia revela não apenas prioridades distorcidas, mas uma falência moral coletiva. Se a pobreza fosse combatida com a mesma intensidade que a pandemia, ‘a dignidade humana deixaria de ser um privilégio e tornar-se-ia um direito efetivo.’

Vianna Oliveira (1952, pp. 119-120) observa:

[...]. A miséria é um fato cujas causas são puramente sociais e que, portanto, pode, por meios sociais, ser eliminada”, ou, talvez, diminuída. Dentre as misérias que o mundo vive, essa é a pior porque tem um alcance social infinitamente mais profundo e mais elevado. É a miséria dos incapazes, isto é, dos que, podendo e desejando sair da miséria, não podem fazê-lo porque a sociedade não lhes dá meios para isto.

Oliveira evidencia que a miséria não é natural nem inevitável. É uma construção social que poderia ser combatida com políticas públicas estruturadas. O fato de governos falharem em prover meios para que os cidadãos saiam da pobreza é um crime moral contra a sociedade. A miséria não é apenas falta de recursos, mas um mecanismo que restringe possibilidades e aprisiona gerações inteiras. O combate à pobreza exige mais do que discursos políticos; requer políticas públicas eficientes, governação íntegra e um compromisso real com o bem-estar coletivo.

No entanto, a ausência de uma visão de Estado agrava a fragilidade das instituições e eterniza a dependência externa. Rousseau, em *Do Contrato Social* (1762), destaca que a legitimidade de um governo reside na capacidade de representar a vontade geral, e não



interesses particulares. Entretanto, na prática, elites capturam o poder para perpetuar privilégios.

Amartya Sen, em *Desenvolvimento como Liberdade* (2010, cap. 3), reforça que progresso autêntico exige liberdade política e econômica, educação, saúde e emprego seguro, pois:

Os destituídos – *os mais desfavorecidos ou mais pobres* – tendem a conformar-se com sua privação pela pura necessidade de sobrevivência e podem, em consequência, não ter coragem de exigir alguma mudança radical, chegando mesmo a ajustar seus desejos e expectativas àquilo que sem nenhuma ambição consideram exequível (p. 89-90, *grifo nosso*).

Esse trecho revela um aspecto central da teoria de Sen: a privação não se restringe à ausência de renda ou de bens materiais, mas implica a perda da capacidade de agir, de escolher e de aspirar. A pobreza, nesse sentido, é uma forma de *privação da liberdade substantiva*, pois reduz o indivíduo a um estado de resignação e dependência, onde o esforço pela sobrevivência suprime o espaço da esperança e da reivindicação. O pobre, enclausurado pelas circunstâncias, tende a aceitar o que lhe é imposto, ajustando suas expectativas a uma realidade excludente. Assim, a desigualdade deixa de ser apenas econômica e torna-se moral e política, porque corrói o poder de voz e de participação.

Para Sen, o verdadeiro desenvolvimento deve, portanto, libertar as pessoas dessa condição de impotência, ampliando suas *capacidades* — ou seja, as reais oportunidades de escolha e de ação. O progresso só é legítimo quando as pessoas têm condições de decidir o rumo de suas próprias vidas, e isso exige a presença de instituições justas, democráticas e acessíveis. Desenvolvimento, para Sen, é liberdade em ação: não basta gerar crescimento; é preciso assegurar que cada indivíduo possa converter os frutos desse crescimento em bem-estar, dignidade e autonomia.

É aqui que a teoria de John Rawls se torna fundamental. Ao propor uma concepção de justiça como equidade, Rawls procura oferecer o arcabouço moral e institucional capaz de sustentar as liberdades substantivas que Sen considera essenciais. Em *Uma Teoria da Justiça* (1971), Rawls defende que as instituições devem assegurar equidade de oportunidades e que qualquer desigualdade social só é admissível se beneficiar os mais desfavorecidos, garantindo que todos tenham a dignidade de viver bem ou, ao menos, de forma razoável.

Segundo o autor, “a justiça é a primeira virtude das instituições sociais, tal como a verdade o é para o sistema de pensamento. *Todavia*, as leis e as instituições, não obstante o



serem eficazes e bem concebidas, devem ser reformadas ou abolidas se forem injustas e não se adequarem às circunstâncias sociais” (Rawls, 2017, p. 27, grifo nosso).

Rawls (2017, p. 68) sintetiza sua concepção de justiça em dois princípios fundamentais:

1. Princípio da Liberdade: cada pessoa deve ter um direito igual ao mais amplo sistema de liberdades básicas, compatível com um sistema semelhante para todos. Essas liberdades incluem a liberdade de pensamento, de consciência, de associação e de participação política.
2. Princípio da Diferença e da Igualdade de Oportunidades: as desigualdades sociais e econômicas só são justificáveis se resultarem em benefícios para os menos favorecidos e se os cargos e posições estiverem abertos a todos, em condições de justa igualdade de oportunidades.

Esses princípios delineiam o núcleo normativo de uma sociedade justa, na qual a liberdade individual é protegida, mas também equilibrada pela responsabilidade coletiva de promover equidade. Rawls enfatiza que a legitimidade das instituições não se mede apenas pela eficiência ou pela aparência de justiça, mas pelo impacto real na vida dos mais vulneráveis. Mesmo sistemas aparentemente sólidos podem perpetuar desigualdades profundas se não houver reformas estruturais que coloquem a justiça social como prioridade central.

A análise de Shafik (2021, p. 20) reforça essa compreensão, ao afirmar que a justiça social não se limita à formulação de leis, mas depende da estrutura concreta das instituições e do acesso efetivo às oportunidades. Para Shafik, as sociedades justas não são apenas aquelas que enunciam direitos, mas aquelas que *criam condições reais* para que todos possam exercê-los. Isso significa que o Estado e as políticas públicas têm um papel ativo na construção de oportunidades, no fortalecimento do tecido social e na superação das barreiras que mantêm muitos à margem do desenvolvimento.

Quando as instituições permanecem desenhadas para privilegiar apenas uma minoria, o tecido social se enfraquece, a confiança entre cidadãos e Estado se rompe, e milhões de pessoas têm suas vidas marcadas por limitações que poderiam ser superadas com decisões políticas responsáveis e conscientes. Shafik alerta que a sustentabilidade de qualquer ordem social depende de um novo contrato social, baseado na reciprocidade, na solidariedade e na corresponsabilidade entre indivíduos, governos e mercados. Sem esse pacto ético, as



desigualdades tornam-se estruturais, e o desenvolvimento deixa de cumprir sua função emancipadora.

Nesse contexto, Angola enfrenta o desafio de transformar profundamente suas instituições e políticas públicas, não apenas para corrigir desigualdades materiais, mas para construir uma sociedade onde o cuidado com o outro seja central, onde o desenvolvimento alcance todos e não apenas alguns. É uma tarefa que exige coragem política, visão ética e compromisso com a dignidade humana, pois só assim será possível romper o ciclo de privilégios e exclusão que há tanto tempo determina quem tem oportunidade e quem permanece à margem. Portanto, Angola precisa melhorar, invertendo a reprodução de privilégios em construção de bem-estar de todos.

3. Responsabilidade e Justiça

É ao mesmo tempo surpreendente e deplorável que grande parte dos sistemas políticos africanos continue estruturada como fortalezas de privilégio, onde governantes e seus aliados se isolam do povo e monopolizam o acesso ao progresso. Governar não é apenas administrar o Estado; é assumir um compromisso ético com o bem comum e com a dignidade humana. Quando isso não ocorre, as nações se tornam reféns de Estados falidos, e a cidadania reduz-se a uma abstração sem força transformadora. Amartya Sen observa:

[...] as próprias pessoas devem ter responsabilidade de desenvolver e mudar o mundo em que vivem. Não é preciso ser devoto ou não devoto para aceitar essa relação básica. Como pessoas que vivem – em um sentido amplo – juntas, não podemos escapar à noção de que os acontecimentos terríveis que vemos à nossa volta são essencialmente problemas nossos. Eles são responsabilidade nossa – independentemente de serem ou não de mais alguém. Como seres humanos competentes, não podemos nos furtar à tarefa de julgar o modo como as coisas são e o que precisa ser feito (Sen, 2010, p. 359).

Sen reforça que todos têm responsabilidade compartilhada pela transformação social. Ignorar isso perpetua a injustiça, sobretudo em contextos de miséria sistêmica e ausência de governança ética. Sua reflexão desloca o foco da crítica meramente institucional para o campo da responsabilidade moral e coletiva: o atraso social e político não é apenas consequência de estruturas opressoras, mas também da omissão dos cidadãos, intelectuais e governantes diante da dor alheia. A liberdade, em Sen, é sempre acompanhada de dever moral — o dever de agir, participar, denunciar e transformar. Assim, não basta reconhecer a pobreza ou a



exclusão como fenômenos sociais; é preciso compreender que a indiferença também é uma forma de violência, pois sustenta as mesmas estruturas que geram desigualdade.

Ao afirmar que “os acontecimentos terríveis que vemos à nossa volta são essencialmente problemas nossos”, Sen reivindica um sentido profundo de humanidade compartilhada. Ele convoca o indivíduo e o Estado à responsabilidade recíproca: a justiça social depende tanto da ação institucional quanto da consciência cívica. Essa dimensão ética da liberdade aproxima-se da necessidade de repensar a própria ideia de solidariedade no mundo contemporâneo — e é precisamente aqui que a reflexão de Minouche Shafik amplia e atualiza o debate.

Shafik complementa essa perspectiva ao questionar:

O que nós devemos uns com os outros? Gosto de pensar nas obrigações mútuas como círculos concêntricos. Em essência, a maioria de nós sente mais obrigação em relação à família e aos amigos próximos. *Por exemplo*, pais farão enormes sacrifícios pelos filhos..., *mas também* temos obrigações com os deveres de cidadania – pagar impostos, obedecer às leis, votar, participar da vida pública. Em um projeto de integração regional como o da União Europeia, houve uma tentativa de fomentar um senso de ‘nós’ em um anel formado por cidadãos de Estados-nações que são membros da união. O círculo final é o mundo, onde as obrigações podem ser mais fracas, mas se tornam mais evidentes em momentos de crise humanitária ou com um desafio global – *como aconteceu com a COVID-19* – ou com a mudança climática, quando a solidariedade internacional se torna *não apenas* importante, ” *mas necessária*. (2021, pp. 23-24, grifo nosso).

A autora aprofunda a noção de responsabilidade moral proposta por Sen, expandindo-a para a escala global. Shafik propõe um *novo contrato social*, baseado na interdependência e na reciprocidade, onde as obrigações mútuas entre indivíduos, comunidades e nações são reconhecidas como condição para a estabilidade e o progresso coletivo. Sua metáfora dos “círculos concêntricos” ilustra a necessidade de estender o sentido de pertencimento e empatia para além dos vínculos imediatos, incorporando a humanidade como um todo.

No contexto africano, essa reflexão é particularmente relevante: o fracasso das elites políticas em reconhecer suas obrigações para com o povo rompe o elo mais básico de solidariedade nacional. A ausência de políticas públicas efetivas, o desvio de recursos e a negligência diante da pobreza são expressões de uma ética pública falida. A visão de Shafik evidencia que o verdadeiro desenvolvimento não pode ser construído sobre o isolamento e o privilégio, mas sobre uma cultura de corresponsabilidade que una governantes e governados em torno de um projeto comum de justiça social.



No limite, todos temos obrigações mútuas – entre africanos e europeus, americanos e asiáticos – das quais não podemos nos furtar. A pandemia da COVID-19 provou isso: ricos, pobres, governantes e governados, todos experimentaram insegurança quanto ao futuro. Esse episódio evidencia a interdependência global e reforça que a negligência de governos africanos e outros compromete não apenas suas populações, mas também a estabilidade e a ética da governança global – como ilustra o fenômeno da emigração em massa em Angola e outros países africanos.

A dependência de muitos líderes africanos do Ocidente é alarmante. Buscam tratamento médico fora do país, educam os filhos no exterior e garantem conforto futuro com fortunas depositadas em bancos internacionais. Essa mentalidade colonialista perpetua vulnerabilidade política e econômica e evidencia um déficit de soberania. Enquanto credores ocidentais negociam modestamente, governantes africanos ostentam luxo e privilégios. Mas o mesmo não acontece com os governantes do Ocidente. Por quê? Simplesmente porque muitos líderes africanos preferem investir em países que não são seus, quando deveriam concentrar-se em melhorar as condições internas — tornando seus próprios países mais seguros, atraentes e prósperos, a ponto de atrair até governantes estrangeiros para visitá-los ou passar férias. Infelizmente, na realidade atual, autoridades estrangeiras só vão a Angola em missão de Estado ou de governo, pois o país ainda não oferece segurança adequada, especialmente no que diz respeito aos serviços de saúde especializados e à recorrente escassez de medicamentos nos hospitais. Embora Angola tenha estado a investir na construção de infraestruturas modernas e de ponta, infelizmente nem sempre dispõe de técnicos qualificados à altura dessas estruturas. Como consequência, é frequente que cidadãos das classes alta e privilegiada sejam evacuados para países como a África do Sul, Portugal, Brasil, Espanha e outros, em busca de melhor assistência médica e de condições adequadas de tratamento.

Angus Deaton resume essa realidade de forma contundente: “os sofrimentos dos menos favorecidos deveriam estimular esforços para reduzir disparidades. Se não por altruísmo, ao menos porque a existência de uma classe privilegiada prova que a miséria não é inevitável” (Deaton, 2017, p. 23). Amartya Sen complementa, enfatizando o papel moral e social do Estado: “uma sociedade que permite a ocorrência de fomes coletivas sendo possível preveni-las é injusta de um modo claramente significativo” (Sen, 2010, p. 364). E acrescenta:



Os adultos responsáveis têm de ser incumbidos de seu próprio bem-estar; cabe a eles decidir como usar suas capacidades. Mas as capacidades que uma pessoa realmente possui — e não apenas em teoria — dependem da natureza das disposições sociais, as quais podem ser cruciais para as liberdades individuais. E dessa responsabilidade o Estado e a sociedade não podem escapar (Sen, 2010, p. 366).

Dessa forma, a responsabilidade individual e social não pode ser dissociada do papel do Estado. Governos que falham em criar condições mínimas de liberdade, segurança e acesso a serviços essenciais perpetuam injustiça estrutural e privação, condenando milhões de cidadãos a permanecer à margem do desenvolvimento e da dignidade humana. A solução, no entanto, é clara: é preciso compreender que, por mais que líderes invistam ou busquem conforto no exterior, sua terra natal permanecerá o solo pátrio ao qual sempre retornarão. Muitas vezes, recorrem a tratamentos médicos fora do país e só retornam para funerais ou cerimônias de despedida, refletindo a ironia cruel de não terem valorizado os serviços de saúde de seu próprio país.

Se os governantes tivessem consciência (e acredito que tenham, mas não dão relevância pelo estatuto que ostentam) de que um dia deixariam o poder e precisariam cuidar da própria saúde e da saúde da população, perceberiam a importância de fortalecer suas instituições e legados. Não é desejável que chefes de Estado morram fora de seu território por falta de serviços de saúde de qualidade. Angola poderia, assim como vizinhos como a Namíbia, superar essa dependência histórica do Ocidente, construindo um sistema de saúde robusto, confiável e acessível, que seja motivo de orgulho nacional e reflexo de responsabilidade ética e política.

4. Desafios e caminhos possíveis

Os governos africanos precisam urgentemente redefinir suas prioridades. O verdadeiro patriotismo se mede pela capacidade de transformar recursos em qualidade de vida, não pela retórica vazia ou ostentação pessoal no exterior. Água potável, eletricidade, saneamento, saúde e educação são direitos fundamentais que devem substituir símbolos de poder. Perguntas como: “quando um líder ocidental procurará tratamento médico em Angola? ” Evidenciam que muitos governantes agem como se não fossem cidadãos da própria terra, ignorando o compromisso ético com sua população.



Um exemplo emblemático é a relação entre Angola e a Namíbia. Embora a Namíbia seja – em termos gerais de recursos naturais e economia total – menos ‘rica’ do que Angola, ela consegue garantir níveis relativamente mais elevados de bem-estar básico à sua população. Enquanto muitos angolanos procuram ensino superior e serviços de saúde na Namíbia, ocorre de Angola fornecer água potável à Namíbia através de infraestruturas transfronteiriças como o canal de Calueque Oshakati, numa clara evidência de inversão de prioridades: o país que detém mais recursos não consegue ainda garantir para sua própria população o acesso a esse recurso essencial em condições desejáveis (KFW DEVELOPMENT BANK, 2023). Essa situação revela a necessidade urgente de políticas públicas que revertam tais desequilíbrios, mostrando que os desafios estruturais exigem soluções estratégicas e eficientes.

Exemplos internacionais demonstram que o desenvolvimento não é inalcançável. Dubai, uma das cidades mais dinâmicas dos Emirados Árabes Unidos, e Singapura, uma cidade-estado, superaram o subdesenvolvimento, transformando-se em centros globais de prosperidade graças a políticas públicas estratégicas e investimentos massivos em capital humano. Dubai, por exemplo, implementou reformas educacionais e programas de capacitação que alinham a força de trabalho às demandas do mercado global. Singapura, por sua vez, priorizou o desenvolvimento de habilidades e a integração do capital humano ao planejamento nacional (WEF, 2025). Esses casos indicam caminhos possíveis para Angola e para a África: adaptar políticas públicas às realidades locais, priorizando o bem-estar da população e investindo em planejamento estratégico e capital humano.

Lamentavelmente, na última edição do Índice Global da Fome (Global Hunger Index – GHI), Angola alcançou a 103.^a posição entre 127 países, com um escore de 26,6, classificando-se na categoria “séria” de fome (CONCERN WORLDWIDE; WELTHUNGERHILFE, 2024a). Entre os países de língua portuguesa, Angola apresentou a pior classificação geral, ficando atrás de Cabo Verde (48.^o lugar, escore 9,2) e Moçambique (93.^o lugar, escore 23,0). Além disso, Angola enfrenta atualmente uma grave crise sanitária causada por um surto de cólera, iniciado em janeiro de 2025 e hoje estendido por todo o território nacional. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), até março de 2025 foram registrados 8.543 casos e 329 mortes, com uma taxa de letalidade de 3,9 %, afetando 16 das 21 províncias (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2025). Em abril do mesmo ano, a



epidemia havia se expandido para 17 províncias, contabilizando mais de 14.000 casos e 505 mortes (ANADOLU AGENCY, 2025). Já em setembro de 2025, o UNICEF relatou 27.991 casos e 781 mortes em 18 províncias, demonstrando que a situação permanece crítica e em contínua evolução (UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND, 2025).

Esses números evidenciam a relação profunda entre fome, pobreza e vulnerabilidade epidemiológica, demonstrando que os desafios enfrentados por Angola não são meramente conjunturais, mas estruturais, resultado de políticas públicas ineficazes. Essa realidade torna o desafio angolano mais urgente e o coloca como uma questão de preocupação global — é incompreensível que, em pleno século XXI, ainda se morra de cólera! É lamentável que pessoas recorram à prostituição e ao crime para sobreviver. Urge promover maior divulgação de oportunidades de formação, emprego e empreendedorismo, além de campanhas de sensibilização com ações concretas voltadas para aqueles que, sem perspectivas, recorrem ao crime — que, não raramente, resulta em violência, morte e destruição de vidas.

A verdadeira transformação depende de planejamento público sustentável, investimentos em saúde e educação, e revitalização do campo. Se o campo não produz, as cidades não se alimentam. Angola — e a África em geral — precisam despertar: a miséria e a corrupção não são fatalidades, mas consequências de escolhas erradas. Governar é mais do que ocupar um cargo: é moldar destinos e erguer nações.

Se o Governo investir de forma assertiva no setor agrícola, garantindo água potável, energia, estradas, educação e saúde de qualidade em aldeias e comunas, será possível desafogar Luanda — o maior centro de pessoas desempregadas, muitas delas envolvidas em desordem e assaltos. As localidades necessitam apenas das condições adequadas. Com essas condições criadas, os jovens terão perspectivas reais de futuro e poderão se deslocar para seus locais de origem, reduzindo a pressão sobre Luanda. Atualmente, viver em zonas sem energia continua extremamente difícil — muitos compatriotas permanecem desconectados do mundo, sem acesso em tempo real às informações, mesmo sobre acontecimentos em suas próprias capitais municipais. É plenamente possível construir uma Angola melhor, desde que políticas públicas adequadas sejam implementadas para melhorar as atuais circunstâncias sociais, que na maioria dos casos permanecem lamentáveis ou indesejáveis. Em Luanda há uma enorme força produtiva representada por jovens desocupados que gastam energias que poderiam estar voltadas à agricultura nas cooperativas se as condições estivessem criadas.



Ou seja: até a agricultura precisa de energia e água para ser mecanizada, como acontece em algumas cooperativas no sul de Angola. A ausência destes meios torna o sonho de muitos angolanos irrealizável — esses instrumentos do setor primário devem estar acessíveis a todos os que têm vontade de produzir. Em parceria que pode servir de modelo, Brasil e Angola vêm desenvolvendo uma cooperação significativa no setor agropecuário, com transferência de tecnologia brasileira e articulação de investimentos conjuntos (BRASIL; ANGOLA, 2025). Contudo, essa cooperação não deve ficar restrita a algumas províncias do Sul ou Centro — deve beneficiar todas as províncias, de norte a sul, de modo a que nenhuma região do país fique em condição permanente de desvantagem.

Não é desejável que o país com solos tão férteis como Angola tenha pessoas a passarem fome. Diante dos desafios estruturais apresentados, os caminhos possíveis exigem políticas públicas bem planejadas, investimento estratégico em saúde, educação e agricultura, capacitação da juventude e cooperação internacional. Com essas medidas, Angola poderá superar a miséria e construir uma sociedade mais justa, produtiva e sustentável, mostrando que os desafios podem ser transformados em oportunidades concretas de desenvolvimento.

5. A medida da justiça

Certamente, qualquer excesso ou falta faz mal ao homem. Assim, a vida se torna uma constante busca pelo equilíbrio. Pelo que sublinhamos acima, compreende-se que os desafios e caminhos possíveis para o desenvolvimento sustentável de Angola — e da África em geral — não se esgotam em políticas de infraestrutura, agricultura, saúde ou educação. O verdadeiro progresso de uma nação requer algo mais profundo: a consolidação de uma justiça social efetiva, que assegure a todos oportunidades reais de prosperar e viver com dignidade. Sem justiça, qualquer avanço econômico torna-se frágil e excludente, perpetuando ciclos de desigualdade e frustração social.

Uma boa sociedade não se constrói apenas com liberdade formal, mas com oportunidades reais e senso de pertencimento. Ignorar essa premissa gera desigualdade, emigração e descontentamento social. Como afirma Sandel: “não se trata de quem decide quais políticas prevalecerão, mas de como vivemos juntos e enxergamos uns aos outros enquanto cidadãos democráticos” (Sandel, 2023, p. 388).



Essa reflexão é especialmente pertinente no contexto africano e angolano, onde o distanciamento entre governantes e governados frequentemente resulta em políticas públicas que beneficiam poucos e excluem muitos. Em outras palavras, governar de verdade exige colocar o bem-estar dos cidadãos como prioridade constante, e não apenas implementar medidas paliativas às vésperas das eleições. A justiça, portanto, deve ser compreendida não como retórica, mas como prática cotidiana de governo — uma virtude pública que orienta decisões e distribui de forma equitativa os frutos do progresso.

Somos chamados a nos enxergar como pessoas iguais — com necessidades básicas a serem plenamente atendidas — e não tratar os governados como instrumentos para alcançar o poder, oferecendo alívios apenas parciais ou temporários, geralmente às vésperas de eleições. Essa lógica utilitarista de curto prazo mina a confiança da população, corrói a legitimidade das instituições e amplia o sentimento de exclusão, transformando o espaço público em arena de interesses individuais, em vez de um projeto comum de futuro.

É preciso pensar com os outros, debater com os outros, ceder e encontrar consensos dentro dos dissensos. Não se pode governar sem a participação da população. Como diria Rawls, a razão pública delimita e orienta a forma como os governantes e os governados devem relacionar-se mutuamente, dentro dos limites do politicamente razoável (Rawls, 2014, p. 164). Governar implica garantir que os cidadãos vivam dignamente, quebrando barreiras de sofrimento. O Estado tem a obrigação moral e política de resolver os problemas básicos: água potável, energia, saúde e educação de qualidade, boas estradas e infraestrutura essencial. Esses elementos não são privilégios, mas direitos inalienáveis. Quando essas necessidades fundamentais não são atendidas, o governo deveria sentir culpa e vergonha, pois a negligência em prover o básico evidencia um fracasso ético e institucional inaceitável.

Como observa Sandel:

Quebrar barreiras é uma coisa boa. Ninguém deveria ser impedido pela pobreza ou pelo preconceito. Mas uma sociedade boa não pode ser fundamentada somente na promessa de liberdade. Todos devem ter a possibilidade de prosperar no lugar onde estão, desde que se enxerguem como membros de um projeto comum. Quando não fazemos isso, dificultamos a vida das pessoas e as fazemos duvidar de seu pertencimento – *tendo como consequência a emigração em massa* (Sandel, 2021, p. 322, *grifo nosso*).

Essa citação resume uma verdade fundamental: a liberdade, sem justiça social, torna-se vazia. Uma sociedade que não oferece condições mínimas de bem-estar e equidade tende a fragmentar-se, produzindo cidadãos desmotivados e desprovidos de esperança. O fenômeno



da emigração em massa — como acontece atualmente em Angola — é sintoma dessa ausência de pertencimento e da falência do contrato social, quando o indivíduo deixa de acreditar que seu país é capaz de lhe garantir futuro e dignidade. O Estado angolano deve responder a isso com ações concretas que invertam esse quadro de desconfiança entre o governo e os governados.

Neste sentido, torna-se evidente que o desenvolvimento e a justiça social dependem de políticas públicas viáveis, instituições fortes e comprometimento ético das elites. Estados ricos em recursos podem permanecer pobres em bem-estar se mantiverem privilégios concentrados e priorizarem interesses próprios sobre o bem comum. Assim, a justiça deve ser o eixo moral e operacional do Estado, medindo a distância entre o poder e a responsabilidade, entre os recursos disponíveis e o modo como são utilizados.

A medida é o melhor limite: equilíbrio entre recursos disponíveis, justiça social e responsabilidade coletiva. Só haverá verdadeira prosperidade quando cada angolano, independentemente de sua origem ou condição, puder sentir-se parte de um projeto comum, beneficiando-se das riquezas de sua própria terra. Uma Angola justa será, necessariamente, uma Angola desenvolvida — porque a justiça é, em última instância, a forma mais elevada de progresso.

6. Conclusão

A reflexão desenvolvida ao longo deste artigo demonstra que a miséria e a corrupção em sociedades africanas, com destaque para Angola, não são fenômenos inevitáveis, determinados apenas por contextos históricos ou estruturais. Pelo contrário, resultam, em grande medida, de escolhas políticas inadequadas, de negligência moral e da ausência de uma governança ética e responsável. O contraste entre sociedades ricas em recursos naturais e incapazes de promover bem-estar social e aquelas que, mesmo com recursos limitados, consolidaram instituições eficazes evidencia que o desenvolvimento humano é produto de decisões conscientes e de compromisso ético-político.

A construção de sociedades justas exige a superação de interesses privados em favor do bem coletivo e a aplicação consistente da ética da responsabilidade, conforme postulada por autores como Weber, Sen e Rawls. A moralidade, segundo Haidt, não pode se reduzir a



um único princípio, sob pena de gerar sociedades insatisfatórias e desumanas; ela deve se apoiar na capacidade humana de julgar, criticar e buscar o bem-estar coletivo de forma plural e democrática (Haidt, 2020). Assim, o debate político e religioso deve ser conduzido com racionalidade, civilidade e curiosidade, evitando o fervor e a discórdia que fragmentam a sociedade, e privilegiando a construção de consensos baseados em princípios éticos compartilhados.

A responsabilidade pelo bem-estar social é compartilhada entre governantes, sociedade civil e atores internacionais. Para romper ciclos de pobreza e desigualdade, é essencial investir em capital humano, criar oportunidades concretas de melhoria de vida e consolidar instituições que garantam justiça social e transparência. A lição prática é clara: se a miséria fosse combatida com a mesma urgência que crises como a COVID-19, a dignidade humana deixaria de ser um privilégio e se tornaria um direito efetivo.

Por mais poder que tenhamos, nada levaremos conosco; seremos avaliados pelas nossas ações e pelo legado que deixamos. Governar vai além da ocupação de cargos de poder: trata-se de transformar recursos em qualidade de vida, promover equidade e construir sociedades resilientes e inclusivas. Angola e, mais amplamente, a África, possuem potencial para converter sua riqueza em bem-estar social, mas o que falta é ética, responsabilidade, políticas públicas eficazes e instituições sólidas.

O chamado à consciência coletiva é claro: Estados ricos em recursos não precisam ser pobres em bem-estar. A mudança exige ética, responsabilidade, políticas públicas eficazes e instituições sólidas. Só assim será possível construir uma Angola, uma África — e um mundo — onde a dignidade humana e a justiça social sejam efetivamente garantidas.



Quem me dera que a miséria e a corrupção fossem combatidas com a mesma urgência da covid-19

BIGE, Garcia.

Referências

AFD – AGENCE FRANÇAISE DE DÉVELOPPEMENT. *Access to water in Angola: challenges and prospects*. Paris: AFD, 2020. Disponível em: <https://eau.afd.fr/en/node/93>. Acesso em: 1 nov. 2025.

AFRICA PRESS. *Water and sanitation absorb an annual average of 1.3% of Angola's State Budget*. 2023. Disponível em: <https://www.africa-press.net/angola/all-news/water-and-sanitation-absorb-an-annual-average-of-1-3-of-the-oge-2>. Acesso em: 1 nov. 2025.

ANADOLU AGENCY. *Angola's cholera outbreak affects 17 out of 21 provinces – WHO*. 2 abr. 2025. Disponível em: <https://www.aa.com.tr/en/health/angolas-cholera-outbreak-affects-17-out-of-21-provinces-who/3544721>. Acesso em: 27 out. 2025.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Trad. António de Castro Caeiro. 6. ed. Lisboa: Quetzal Textos Clássicos, 2018.

BIGE, Garcia Matondo Vita. *Quem me dera se a miséria e a corrupção fossem combatidas com a mesma urgência da Covid-19! Jornal de Angola*, Luanda, 22 maio 2025. Disponível em: <https://www.jornaldeangola.ao/noticias/9/opini%C3%A3o/637795/quem-me-dera-se-a-mis%C3%A9ria--e-a-corrup%C3%A7%C3%A3o-fossem-combatidas-com-a-mesma-urg%C3%Aancia-da-covid-19>. Acesso em: 2 set. 2025.

BIGE, Garcia Matondo Vita. *Quem me dera se a miséria e a corrupção fossem combatidas com a mesma urgência da Covid-19! Imparcial Press*, 22 maio 2025. Disponível em: <https://imparcialpress.net/quem-me-dera-se-a-miseria-e-a-corrupcao-fossem-combatidas-com-a-mesma-urgencia-da-covid-19-garcia-bige/>. Acesso em: 2 set. 2025.

CONCERN WORLDWIDE; WELTHUNGERHILFE. *Global Hunger Index 2024: Angola Country Profile*. Bonn/Dublin: Welthungerhilfe and Concern Worldwide, 2024a. Disponível em: <https://www.globalhungerindex.org/pdf/en/2024/Angola.pdf>. Acesso em: 27 out. 2025.

CONCERN WORLDWIDE; WELTHUNGERHILFE. *Global Hunger Index 2024: Cabo Verde Country Profile*. Bonn/Dublin: Welthungerhilfe and Concern Worldwide, 2024b. Disponível em: <https://www.globalhungerindex.org/pdf/en/2024/Cabo-Verde.pdf>. Acesso em: 27 out. 2025.

DEATON, Angus. *A grande saída: saúde, riqueza e as origens da desigualdade*. Trad. Marcelo Levy. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2017.



Quem me dera que a miséria e a corrupção fossem combatidas com a mesma urgência da covid-19

BIGE, Garcia.

HAIDT, Jonathan. *A mente moralista: por que pessoas boas são segregadas por política e religião*. Trad. Wendy Campos. Rio de Janeiro: Alta Books, 2020.

JORNAL MABUÍDI. *Malária matou 11.447 pessoas em Angola em 2024 – uma média de 31 mortes por dia*. 2024. Disponível em: <https://www.jornalmabuidi.ao/malaria-matou-11-447-pessoas-em-angola-em-2024-uma-media-de-31-mortes-por-dia/>. Acesso em: 1 nov. 2025.

KFW DEVELOPMENT BANK. *Ex post evaluation Kunene transboundary water supply*. 2023. Disponível em: https://www.kfw-entwicklungsbank.de/PDF/Evaluierung/Ergebnisse-und-Publikationen/PDF-Dokumente-A-D_EN/SADC_Kunene_2023_E.pdf. Acesso em: 2 nov. 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). *Cholera – Angola, 2025 (Disease Outbreak News)*. Genebra: OMS, 2025. Disponível em: <https://www.who.int/emergencies/disease-outbreak-news/item/2025-DON562>. Acesso em: 1 nov. 2025.

RAWLS, John. *A lei dos povos e a ideia de razão pública revisitada*. Trad. Paulo Barcelos. Lisboa: Edições 70, 2014.

RAWLS, John. *Uma teoria da justiça*. Trad. Carlos Pinto Correia. 4. ed. Lisboa: Editorial Presença, 2017.

SANDEL, Michael. *A tirania do mérito: o que aconteceu com o bem comum?* Trad. Ghuvi Libanio. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

SANDEL, Michael. *O descontentamento da democracia: uma nova abordagem para temas perigosos*. Trad. Livia Almeida. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SHAFIK, Minouche. *Cuidar uns dos outros: um novo contrato social*. Trad. Paula Diniz. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.

UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND (UNICEF). *Angola Humanitarian Situation Report No. 11 (Cholera)*. Luanda: UNICEF, 2 set. 2025. Disponível em: [https://www.unicef.org/media/173956/file/Angola-Humanitarian-SitRep-No.11-\(Cholera\)-02-September-2025.pdf](https://www.unicef.org/media/173956/file/Angola-Humanitarian-SitRep-No.11-(Cholera)-02-September-2025.pdf). Acesso em: 27 out. 2025.

VERANGOLA. *Only 42 percent of Angolans have access to electricity*. 2022. Disponível em: <https://www.verangola.net/va/en/072022/Energy/31555/>. Acesso em: 1 nov. 2025.



Quem me dera que a miséria e a corrupção fossem combatidas com a mesma urgência da covid-19

BIGE, Garcia.

WEBER, Max. *Política como vocação e ofício*. Trad. Gabriel Philipson. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). *Cholera – Angola, 28 March 2025. Disease Outbreak News*. Genebra: WHO, 2025. Disponível em: <https://www.who.int/emergencies/disease-outbreak-news/item/2025-DON562>. Acesso em: 27 out. 2025.

YUSUF, Shahid. *Integrating Human Capital into National Development Planning in Singapore*. Washington, D.C.: Banco Mundial, 2017. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/26396>. Acesso em: 28 out. 2025.